

## **Aviso n.º 225/2013**

**Publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 4 — 7.01.2013**

Nos termos do n.º 7 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal, na redação dada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de maio, tornam-se públicas a bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas das provas de conhecimentos indicados na publicitação do procedimento publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro de 2013, com o aviso n.º 225/2013, de 7 de janeiro, bem como no presente *site*.

### **1 – DIVISÃO DOS SERVIÇOS ACADÉMICOS (REFERÊNCIA A)**

#### **Legislação:**

##### Princípios Gerais de Acesso ao Ensino Superior

- **Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro** – Regula o regime de acesso e ingresso no ensino superior (Texto consolidado em 30 de maio de 2008, incorporando as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de março, Decreto-Lei n.º 26/2003, de 7 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 76/2004, de 27 de março, Decreto-Lei n.º 158/2004, de 30 de junho, Decreto-Lei n.º 147-A/2006, de 31 de julho, Decreto-Lei n.º 40/2007, de 20 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 45/2007, de 23 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 90/2008, de 30 de maio);
- **Declaração de Retificação n.º 32-C/2008, de 16 de junho** - Retifica o Decreto-Lei n.º 90/2008, de 30 de maio, que procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro.

##### Regimes Especiais de Acesso ao Ensino Superior

- **Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro** - Estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior;
- **Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro** - Regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior;

- **Portaria n.º 854-B/99, de 4 de Outubro** - Aprova o Regulamento dos regimes especiais de acesso ao ensino superior.

#### Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior

- **Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro** - Regula os concursos especiais de acesso e ingresso no ensino superior;
- **Portaria n.º 854-A/99, de 4 de Outubro** - Aprova o Regulamento dos concursos especiais de acesso ao ensino superior;
- **Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março** - Regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos;
- **Decreto-Lei n.º 40/2007, de 20 de Fevereiro** - Institui e regula um concurso especial para acesso ao curso de Medicina por titulares do grau de licenciado.

#### Regime de Reingresso, Mudança de Curso e Transferência

- **Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril** - Aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior.

#### Outros diplomas

- **Portaria n.º 1031/2009, de 10 de Setembro** - Fixa as áreas em que devem ser realizadas as provas de ingresso obrigatórias para determinados cursos superiores;
- **Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto** - Aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo;
- **Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro** - Aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de Ensino Superior (ECTS);
- **Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho** - Aprova o Regime Jurídico dos Graus e diplomas do ensino superior;
- **Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio** - Regula os Cursos de Especialização Tecnológica;
- **Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro** - Estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

- **Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro** - Aprova o Regime Jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros.

A legislação agora indicada acresce à que já se encontrava publicitada no aviso *supra* identificado.

O Júri não indicou bibliografia.

## **2 – CENTRO DE RECURSOS EDUCATIVOS/BIBLIOTECA (REFERÊNCIA B)**

### **Bibliografia:**

- BAWDEN, David; ROBINSON, Lyn - Introduction to information science. New York: Neal-Schuman, 2012. ISBN: 9781555708610;
- IFLA — ISBD: international standard bibliographic description. Consolidated ed. Berlin; München: De Gruyter Saur, 2011. ISBN 978-3-11-026379-4;
- IFLA — Manual UNIMARC: formato autoridades. Lisboa: BNP, 2011. ISBN: 9789725654767;
- IFLA — Manual UNIMARC: formato bibliográfico. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: BNP, 2008. ISBN 978-972-565-439-2;
- SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda - Recursos de Informação: serviços e utilizadores. Lisboa: Universidade Aberta, 2010. ISBN: 978-972-674-672-0;
- Regras Portuguesas de Catalogação. 4.<sup>a</sup> reimp. Lisboa: BNP, 2010. ISBN 972-565-242-8;
- Santos, Maria Luísa — Bibliotecas, acesso sempre. Lisboa: Colibri, 1996. ISBN: 972-8288-16-6;
- Simões, M. Graça — Classificação Decimal Universal: fundamentos e procedimentos. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3570;
- ISAÍAS, Pedro - Bibliotecas Digitais. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN: 972-674-277-3.

A legislação (temas comuns e específicos) já se encontra publicitada no aviso *supra* identificado.

### **3 - DIVISÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS (REFERÊNCIA C)**

O Júri não indicou bibliografia e a legislação (temas comuns e específicos) já se encontra publicitada no aviso *supra* identificado.

#### **Notas:**

- A legislação indicada é a que se encontra publicada e/ou em vigor na presente data. Qualquer alteração legislativa poderá ser considerada pelo Júri, aquando da correção da prova, cabendo aos candidatos proceder, por sua iniciativa, às atualizações que se vierem a revelar necessárias.
- Durante a realização da prova os candidatos não podem comunicar entre si ou com qualquer outra pessoa estranha ao procedimento nem recorrer a quaisquer meios electrónicos e/ou informáticos ou a qualquer tipo de documentação ou informação cuja utilização não tenha sido expressamente autorizada. Para este efeito, é expressamente autorizada a consulta dos textos legislativos indicados, em suporte de papel, desde que não anotados, nem comentados.
- A violação do disposto no parágrafo que antecede implica a anulação da prova em referência, atribuindo-se a classificação de 0 valores.